

# Aula 9

## DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

### **META**

Apresentar um breve histórico sobre o estudo do desenvolvimento rural no Brasil, a partir da década de 1990.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Identificar os fatores que contribuíram para a emergência dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

**Cecilia Maria Pereira Martins**

### INTRODUÇÃO

Caros alunos(a):

Como veremos no decorrer da aula, somente recentemente começou a existir o debate sobre desenvolvimento rural. Em vista disto, parece-nos necessário apresentar inicialmente, mesmo de forma muito superficial, algumas diferenças conceituais que resultam em um conjunto de expressões utilizadas de forma intercambiável, apesar de seus diferentes significados.

A primeira expressão é desenvolvimento agrícola (ou agropecuário) quando se refere exclusivamente às condições da produção agrícola (ou agropecuário).

Refere-se, (...) à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso de trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos. (NAVARRO, 2001).

Outra expressão, que engloba a primeira mencionada, mas sujeita a controvérsias, é desenvolvimento agrário, que nas palavras de Navarro (2001) “refere-se a interpretações acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo”.

Sob esta expressão, desenvolvimento agrícola, a análise também é centrada nas instituições, nas disputas entre as classes, nas políticas adotadas, nos mercados como também nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais.

A terceira expressão é exatamente desenvolvimento rural, que se diferencia por se tratar de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência disso o Estado nacional sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal.

A definição exata de desenvolvimento rural, embora tenha variado no decorrer do tempo, em nenhum momento deixou de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo principal deste desenvolvimento. As diferenças na definição são justificadas pelas estratégias escolhidas, na prioridade dos processos e ênfases metodológicas, alterando-se ao longo do tempo sendo influenciado “por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias às sociedades rurais” (Navarro 2001)

Existem duas expressões que precisam ser abordadas, mesmo que não tenham ainda bem definidos seus contornos conceituais. A primeira delas é desenvolvimento rural sustentável, que surgiu em meados dos anos 1980,

a partir do uso da expressão desenvolvimento sustentável. O componente sustentável refere-se ao plano ambiental, e somente a ele.

A última expressão é desenvolvimento local, muitas vezes confundidas com as demais expressões. A expressão é de uso recente e é justificada por dois motivos: o primeiro é a multiplicação de ONGs, que, por terem sua atuação restrita a regiões ou municípios e somente neles, criam uma ação local. O segundo motivo é justificado pela transferência de responsabilidades do Estado, para o local, o município.

Convém lembrar que os limites entre as expressões mencionadas não estão segmentadas e os significados se misturam. É necessário analisar corretamente o desenvolvimento agrícola, para uma melhor interpretação do que seja desenvolvimento agrário; assim, poderá ser construída uma estratégia de desenvolvimento rural incluindo dimensões ambientais, ou seja, o desenvolvimento rural sustentável.

O desenvolvimento rural foi durante muito tempo associado às ações do Estado e de órgãos internacionais, que levassem a intervenções nas regiões rurais pobres que não se integrassem ao processo de modernização agrícola através da substituição de fatores de produção considerados atrasados. Isto foi o que ocorreu tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, baseado no que foi chamado de “revolução verde”, através da intervenção dirigida pelo Estado ou por agências de desenvolvimentos de ações, que compensassem os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem se integravam à economia através da indústria, comércio ou serviços. Estas políticas eram consideradas como a solução para as regiões atrasadas; no Brasil foram chamadas de políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) e temos como exemplo as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes e trabalho de combate a seca no nordeste.

A identificação do desenvolvimento rural com a intervenção do estado ou das agências de desenvolvimento trouxe como consequência, a falta de interesses de estudo sobre este tema, já que o mesmo era entendido sob a esfera política e normativa fazendo com que os estudos rurais não se preocupassem com o tema desenvolvimento rural, considerado como políticas de intervenção no meio rural. Esta visão começou a mudar na década de 1990, e as discussões teóricas e as políticas passaram a ter bases diferentes, influenciadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas, tanto no âmbito do Estado, como as mudanças na sociedade civil, e na forma de análise dos próprios estudiosos.

Inicialmente veremos algumas transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir de 1990, responsáveis pela nova ótica do desenvolvimento rural. O não cumprimento das expectativas de melhoria e retomada de crescimento após ditadura, provocou um período de grande instabilidade econômica vivida pelo país, na década de 1980 despertando as

forças políticas no sentido da procura de uma estabilização macroeconômica, através da redução da inflação, problemas relativos a crise da dívida externa com o FMI (Fundo Monetário Internacional), baixo crescimento da economia e uma crescente insatisfação popular.

Outro aspecto que também precisa ser lembrado, diz respeito às mudanças da sociedade civil brasileira como um todo. Voltam ao cenário político os movimentos e organizações sociais reprimidos durante a ditadura militar, nesta nova fase menos contestatórios e reivindicatórios e mais proativos.

Ainda cabe lembrar neste período de discussão do desenvolvimento rural no Brasil na década de 1990. É a inclusão da nação de sustentabilidade e meio ambiente. É fato que a partir de 1990, o governo, nas suas esferas específicas passa a olhar estas questões do meio ambiente com maior cuidado, criando regulamentações para a realização de estudos de formas de controle de atividade econômica, no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente.

Cabe ainda definir aqui os fatores que contribuíram para as atuais discussões sobre o desenvolvimento rural. O primeiro e talvez o mais importante diz respeito às discussões relativas a agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Embora sempre tenha existido, foi a partir de 1990 que se formou como categoria política, ganhando legitimidade, constituindo-se como oposição a outras noções, como por exemplo, a do agronegócio.

O segundo fator que explica a retomada da discussão sobre o desenvolvimento rural é a influência crescente do Estado no meio rural, através de políticas, quer direcionadas para agricultura familiar, quer relacionadas a reforma agrária, segurança alimentar, etc. Neste período várias ações estatais foram aceleradas, como a da Reforma Agrária, criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, transformada posteriormente no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Por último a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil.

O papel do Estado vem se expandindo desde meados de 1990, embora tenha se diversificado seu enfoque, incluindo além dos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para a agricultura familiar, outros, como políticas de segurança alimentar, combate as formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio as populações tradicionais e ações de desenvolvimento territorial.

O terceiro fator que fortalece a discussão sobre desenvolvimento rural refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico. Setores das elites agrárias, que eram contrários, ao apoio as políticas sociais e de caráter compensatório, foram forçados a mudarem de posição, como por exemplo, na questão da reforma agrária.

O quarto e último fator está relacionada a sustentabilidade ambiental. O debate sobre este tema extrapola a fronteira do espaço rural e é anterior ao debate sobre desenvolvimento rural. O resultado disto foi a aceitação da questão ambiental aos modelos técnico-produtivo chamados alternativos, ecológicos, orgânicos e o interesse dos estudiosos em converter a ideia de sustentabilidade em referencial teórico e modelo de desenvolvimento. O ativismo político dos ecologistas e os estudos sobre o desenvolvimento sustentável, acabam por trazer contribuições importantes ao debate sobre o desenvolvimento rural.

## CONCLUSÃO

O que vimos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, é a importância do papel do Estado e das políticas públicas, neste caso, a reforma agrária e as políticas dirigidas aos agricultores familiares. Foi através delas que se iniciaram os debates entre estudiosos e pesquisadores, além disto, a discussão sobre este tema está impregnado de um sentido político e ideológico que se fortalece a partir da legitimação das diferenças entre os defensores do agronegócio e da agricultura familiar. Além deste fatores, outro que também contribuiu para as discussões do tema foi a questão ambiental e as relacionadas com a sustentabilidade.

Na atualidade o debate sobre o desenvolvimento rural está mais nas mãos dos estudiosos do que na própria demanda dos atores e das organizações social e política do meio rural. Portanto, foram os estudos realizados desde a década de 1990, que contribuíram para a elaboração de formas de intervenção e planejamento realizados pelo Estado, não tendo sido capazes de influenciarem os próprios beneficiários das políticas, ou seja, os agricultores.



## RESUMO

Podemos assegurar que são muito recentes os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, e em todos esses estudos o papel do estado é de grande importância na definição de estratégias que priorizem o bem-estar das populações rurais, que é o principal objetivo deste desenvolvimento. Foi a partir da década de 1990 que ocorreram transformações políticas e econômicas que provocaram nos estudiosos e nos órgãos definidos das políticas e nos atores interessados no sucesso das estratégias adotadas, a necessidade de uma nova visão sobre o desenvolvimento rural. Neste momento é incluído na discussão a importância da preservação do meio ambiente, provocando um debate mais responsável sobre a noção de sus-

tentabilidade. Além disso, ganha importância nas discussões atuais sobre o desenvolvimento rural o papel da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo. Isto e a crescente influência do Estado no meio rural, explicam a retomada da discussão sobre o desenvolvimento rural.



De acordo com o texto analise os conceitos apresentados sobre desenvolvimento rural e construa o seu próprio conceito.

No seu ponto de vista, relacione o papel do Estado e o desenvolvimento rural.

Em qualquer estudo se faz necessário, para a melhor compreensão do que esta sendo estudado, que se coloque em discussão as questões conceituais que o tema provoca. Seguindo esta linha de pensamento, deve-se internalizar os conceitos apresentados, e assumir um conceito próprio, levando-se em consideração, inclusive, seus estudos anteriores, leituras já feitas e mesmo sua experiência vivida.

O papel do Estado sempre foi relevante para o estudo do desenvolvimento rural, através das políticas de incentivo aos agricultores familiares, com o objetivo de torna-los competitivos, social, produtivo e economicamente.



Agora que você terminou a sua leitura, assinale seu nível de compreensão do texto.

- Excelente ( )
- Bom ( )
- Regular ( )
- Ruim ( )



Passaremos a discutir a Reforma agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil. Revista de Economia Política, vol. 30, n. 3(119), pp. 511-531, julho/setembro/2010.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados. Vol. 15 n. 43. São Paulo. Setembro/dezembro 2001.